



É hora de retomar as negociações com o governo

Sintapi-CUT quer discutir a valorização dos benefícios acima de um mínimo

Celebrado no dia 24 de janeiro, o Dia dos Aposentados representa para o Sintapi uma data oportuna para reafirmar nosso comprometimento com as principais reivindicações dos aposentados, pensionistas e idosos no Brasil. A primeira e mais importante delas, principalmente levando em conta o momento atual, no qual o governo acena com medidas amargas de controle fiscal, é a luta pela garantia de uma política de valorização dos benefícios concedidos pelo INSS.

Nunca é demais lembrar que os 9 milhões de aposentados e pensionistas

que ganham acima de um salário mínimo estão há 13 anos sem receber aumento real. Neste ano, o reajuste para esses benefícios foi de apenas 6,23%, índice bem inferior aos 8,88% dados àqueles que ganham o piso e abaixo até da inflação oficial, de 6,41%. Essa situação faz com que a cada ano cerca de 600 mil aposentados e pensionistas que ganham um pouco acima do mínimo tenham seus benefícios rebaixados para um salário.

Por que essa disparidade tem acontecido? Por que há duas classes de aposentados e pensionistas? Eles gastam menos do que



Com a corda no pescoço! Quem ganha acima do mínimo está há 13 anos sem aumento real

os demais cidadãos brasileiros? Devemos aproveitar a data não apenas para levantar essa reflexão, mas para traçar uma estratégia efetiva, que reverta tamanha injustiça. Queremos discutir com o ministro

Carlos Gabas essa e outras bandeiras de lutas do Sintapi-CUT e dos demais aposentados, pensionistas e idosos do Brasil. “Somos mais de 32 milhões de brasileiros e não podemos ser ignorados. Acreditamos no governo Dilma, mas queremos ser ouvidos. Queremos participar das decisões que estão sendo tomadas de forma unilateral”, afirma Epitácio Luiz Epaminondas, o Luizão, presidente do Sintapi-CUT.

Saiba mais

O Dia Nacional do Aposentado foi instituído em 1923, quando o presidente Artur Bernardes sancionou um projeto de lei do deputado Eloy Chaves, criando uma caixa de aposentadoria e pensões para os funcionários das empresas de estrada de ferro do Brasil. Essa é considerada a primeira lei brasileira de Previdência Social, e a data de sua criação foi escolhida para comemorar o Dia Nacional do Aposentado e da Previdência Nacional.

Congresso vai debater temas urgentes

Evento será de 9 a 11 de março no Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo (RS)

As bandeiras de lutas do Sintapi-CUT vão muito além da valorização dos benefícios pagos pelo INSS. O planejamento e a criação de políticas públicas capazes de garantir qualidade de vida aos idosos devem ser temas centrais das discussões com o governo.

O 4º Congresso Nacional do Sintapi-CUT,

que será realizado entre os dias 9 e 11 de março de 2015, em São Leopoldo (RS), vai debater os temas que vão nortear a trajetória de lutas dos aposentados, pensionistas e idosos nos próximos anos. “A criação da Secretaria dos Aposentados, Pensionistas e Idosos deve existir nos moldes de outras já constituídas, como a da Juventude e da Mulher Traba-

lhadora, para coordenar e implementar projetos e programas destinados aos aposentados, pensionistas e idosos”, afirma Epitácio Luiz Epaminondas,

O número de idosos com mais de 60 anos deve triplicar até 2050, passando para mais de 60 milhões

o Luizão, presidente do Sintapi-CUT.

A entidade defende também um percentual mínimo de 5% da exploração do pré-sal para o reajuste das aposentadorias, além da criação do Índice Nacional de Preços para a Terceira Idade, destinado a medir o índice de inflação para famílias que possuam pelo menos dois idosos.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

- Retomada das negociações com o governo
- Extinção e substituição do fator previdenciário
- Reajuste e recuperação das aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo
- Criação da Secretaria dos Aposentados, Pensionistas e Idosos
- Criação do Índice Nacional de Preços para Terceira Idade
- Implantação do Conselho de Seguridade Social
- Desaposementação
- Criação da taxa negocial aos sindicatos dos aposentados
- Pagamento das diferenças dos planos econômicos e da revisão pelo teto previdenciário dos anos de 1988 a 2004
- Garantia de um sistema de previdência pública e a criação da previdência pública complementar
- Destinação de, no mínimo, 5% das receitas do pré-sal para o reajuste das aposentadorias
- Ampliação da lista de remédios gratuitos e de uso contínuo
- Retomada dos trabalhos da Comissão de Valorização dos Idosos
- Destinação de parte dos recursos das empresas para a Previdência
- Retorno do auxílio-funeral gratuito (extinto pelo FHC)
- Isenção do Imposto de Renda sobre os benefícios de aposentados e pensionistas
- Plano de saúde em parceria com o Ministério da Saúde
- Redução dos impostos para compra de veículos
- Projeto do Ministério do Turismo para idosos
- Desconto direto nos benefícios das parcelas da prestação do imóvel do Minha Casa, Minha Vida
- Regulamentação dos artigos do Estatuto do Idoso
- Discutir a desoneração da folha de pagamento na Previdência